



# **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **ATA Nº 14/2023 DA COMISSÃO DE SAÚDE, PROTEÇÃO ANIMAL E**

### **DESENVOLVIMENTO SOCIAL**

#### **Audiência Pública sobre Gestão Plena da Saúde**

Aos 07 de novembro de 2023, às 17h05min, a Comissão de Saúde, Proteção Animal e Desenvolvimento Social (CSDPS), composta pelos vereadores Aline Moreira Silva Melo, Gilson Fazolla Filgueiras e José Carlos Reis Pereira, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente, e Membro reuniu-se para debater sobre a Gestão Plena de Sistema Municipal da Saúde.

Estiveram presentes, os vereadores Célio Lopes dos Santos, José Maria Fernandes e José Roberto Reis Filgueiras, Presidente da CMU. Representando a Gerência Regional de Saúde, compareceram o Gerente, senhor Franklin Leandro Neto e Coordenadora da Regulação, senhora Fabiana Érica de Souza. Representando o Executivo municipal, compareceram o Secretário Municipal de Saúde, senhor Ricardo Antônio do Nascimento, a Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Saúde, senhora Dulcinea Thinassi, o Gerente da Divisão e Planejamento da Gestão da Saúde, senhor João Paulo da Silva. Ainda estiveram presentes a Diretora do Hospital Santa Isabel, senhora Rosângela Maria Alfenas de Andrade, o Gestor do Hospital São Vicente de Paulo, senhor Gean Vieira e o Superintendente Regional da Saúde, senhor Renan Guimarães de Oliveira.

Agradeceu a presença do público presente, os representantes do Lar João de Freitas, a Supervisora do Controle e Avaliação, senhora Carolina de Souza Teixeira e o Provedor Hospital São Vicente de Paulo, senhor Ronaldo Mazzei.

A presidente da comissão, vereadora Aline, passou a palavra para o representante da Gerência de Saúde de Ubá, senhor Franklin Leandro Neto, que iniciou fazendo uma breve contextualização sobre a importância da descentralização da gestão de prestadores de serviços em média e alta complexidade. Divinésia foi o município que iniciou a descentralização e, atualmente, apenas os municípios menores, ou seja, os que não possuem prestadores hospitalares, estão envolvidos em média e alta complexidade. Disse que é importante a participação do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

(CONASEMS) nesse debate. Comentou, ainda, que houve o avanço da descentralização da atenção primária, pois já é responsabilidade dos municípios

Logo após, a senhora Fabiana procedeu fazendo uma apresentação através de slides e fez suas considerações. O município assumirá autonomia administrativa e financeira para a seleção, cadastramento, contratação, programação, regulação, controle, avaliação e pagamento de prestadores de serviços públicos e privados localizados em seu território na média e alta complexidade em saúde.

Ano passado, os municípios de Divinésia, São Geraldo, Brás Pires, Guidoal, São Sebastião da Vargem Alegre e Rosário da Limeira assumiram a gestão de seus prestadores. Já Antônio Prado de Minas, Francisco do Glória, Silveirânia, Tabuleiro, Dolores do Turvo serão aprovados na CIB dezembro/23 a partir da competência 05/24. Portanto, 1/3 dos municípios da GRS assumiram a Gestão Municipal. O processo deles é simples, pois são municípios de pequeno porte, sem contratação hospitalares.

No Estado de Minas, 47,9% dos municípios assumiram a Gestão Municipal. Apenas os municípios Muriaé, Passos e Ubá possuem recursos consideráveis de média e alta complexidade e ainda estão sob a Gestão Estadual. Os recursos federais destinados às ações e aos serviços de média e alta complexidade são geridos pelo Estado e são repassados pelo Fundo Estadual de Saúde.

Atualmente, Ubá possui três contratos com prestadores hospitalares, sendo um público e dois filantrópicos; um contrato CER (Centros Especializados em Reabilitação – antiga APAE) e um contrato SUN (Serviços Ubaense de Nefrologia).

Para assumir a Gestão da média e alta complexidade é necessário que os recursos federais e estaduais sejam incorporados no orçamento municipal.

Franklin citou o Programa Valora Minas como exemplo de repasses significativos de recursos estaduais.

Prosseguiu citando alguns benefícios da gestão municipal: a) o município atualizará todas as informações sobre CNES, sem necessidade de envio de ficha para a GRS; receberá com antecedência os valores federais (PPA) podendo alocá-los de acordo com sua necessidade; os recursos federais são repassados de maneira integral; ampliação das possibilidades de recebimento de emendas de recursos para média complexidade;





# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

possibilidade de solicitar incremento para recursos de média complexidade (laboratório, fisioterapia, exames, alta complexidade...) e atualização das informações sobre piso da enfermagem e recebimento de todos os valores diretamente do FNS para FMS.

Após assumir a Gestão, o município preparará o orçamento municipal para receber o montante de recursos federais e estaduais previstos; organizará e realizará a contratualização e pagamento dos prestadores e o monitoramento destes contratos e instituirá setor de auditoria para o SUS municipal.

Disse que Ubá possui processos de trabalho instituídos (auditoria, serviço de regulação, de acompanhamento e monitoramento de contratos) e que para ela, o município está apto para implantar a descentralização.

Em seguida, disse que para assumir a Gestão municipal é necessária a aprovação do leito pelo Conselho Municipal de Saúde e o envio da ata de aprovação para a GRS Ubá e elencou as documentações necessárias: Ofício de formalização do pleito e solicitação de ciência na Comissão Intergestores Biparte (3 vias), Termo de Cessão de Crédito ao CONASEMS, Declaração de Disponibilidade e Adequação Orçamentária e Financeira assinada pelo gestor e contador municipal e Declaração de Comando Único.

Procedeu o Superintendente, Renan Guimarães, fazendo um breve histórico do início da Descentralização da Gestão de Prestadores. Disse que apesar de Ubá não estar sob a Gestão municipal, ele possui uma auditoria com a rede prestadora de serviços de recursos próprios que garante uma boa gestão. A Gestão municipal traz maior celeridade e autonomia e não houve, até o momento, retorno de municípios para a Gestão estadual.

O Secretário Municipal de Saúde, Ricardo, explicou que Ubá tem interesse em assumir a Gestão Plena, possui capacidade técnica, mas é necessário definir qual é o momento para assumi-la, pois a secretaria se encontra em situação de reestruturação de processos internos e possui gargalos na saúde a serem resolvidos. Com a Gestão plena, acredita que haverá um aumento no valor de emendas para média e alta complexidade, mas é importante entender como será o rito após o município assumir a Gestão.

O Gerente da Divisão e Planejamento da Gestão da Saúde João Paulo afirmou que a prioridade do município é investir em atenção primária e cumprir a rede de cobertura cem por cento. Caso contrário, não adianta assumir a Gestão plena. Comentou sobre as



## **Câmara Municipal de Ubá**

ESTADO DE MINAS GERAIS

vantagens citadas anteriormente e pontuou as desvantagens: demora devido à defasagem da tabela SUS e dos valores físicos pactuados e previstos nos parâmetros; necessidade de reavaliação pelo Ministério da Saúde e Governos Federal e Estadual; subfinanciamento por parte do Ministério e alguns por parte do Estado; necessidade de qualificação e ampliação da equipe que realizará a regulação, a supervisão e a auditoria.

Relatou que há contrapartida de R\$ 10 milhões no ano referente à média e alta complexidade. Cerca de R\$ 7 milhões para os PAs (Pronto Atendimento Hospitalares) e R\$ 3 milhões para exames de diagnoses, laboratórios, tomografias, ressonâncias. Hoje, arcar com custos da Gestão plena estaria em torno de R\$7 milhões de extrapolamento ao ano. Frisou sobre a necessidade de estudar a estimativa do impacto financeiro.

O Gestor do Hospital São Vicente de Paulo, senhor Gean, afirmou que se preocupa com a forma de financiamento das operações com os prestadores de serviços e a expectativa é a sustentabilidade e previsibilidade de recebimento.

A Diretora do Hospital Santa Isabel, senhora Rosângela, questionou como ficará contrato firmado entre a GRS com o hospital, caso o município aderir a Gestão, e se os recursos dos programas do Estado continuarão ou não; e se a Gestão plena para 2024 está incorporada na LDO 2023. E, lamentou a ausência do Conselho Municipal de Saúde.

O Secretário, Ricardo, respondeu que os recursos serão cobertos através de abertura de créditos adicionais especiais.

A senhora Fabiana esclareceu que o extrapolamento pago pelo Estado e o complemento de teto que não cobre o extrapolamento da alta complexidade ambulatorial, continuam sendo pagos pelo Estado quando assumida a Gestão municipal. O Estado encerra o contrato com o prestador de serviço e o município receberá os recursos federal e estadual e passará a firmar um contrato único. O município não assume a dívida que o Estado tem com o prestador de serviços.

O vereador José Maria quis saber como ficará a situação dos atendimentos de pacientes de outros municípios que assumirem a Gestão Plena e são atendidos no Hospital Santa Isabel, que nunca repassaram recursos.

A senhora Fabiana disse que o município assumirá a Gestão que está no seu território e Renan explicou que independente do tipo de gestão, ocorrerá de atendimentos





# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

de pacientes de outros municípios. Esclareceu que há os consórcios e a cooperação técnica e financeira microrregional em que municípios contribuem com urgência e emergência para prestação de serviços hospitalares. Segundo Franklin, o Ministério Público está fazendo levantamento do fluxo da demanda de atendimento de pacientes dos municípios vizinhos e há perspectivas em que os recursos são tripartite.

O vereador Gilson perguntou quais são as desvantagens da Gestão plena e se é possível redução de recursos aos municípios habilitados em Gestão plena.

Fabiana afirmou que, ao seu ver, apenas há benefícios aos municípios, apesar de trazer maior responsabilidade ao gestor municipal. E que não há alteração nos valores dos recursos federais e estaduais.

Para o vereador Gilson, o pagamento das emendas parlamentares deveria ser efetuado dentro do prazo aos prestadores de serviços e prosseguiu questionando se a implantação da Gestão municipal interferirá no funcionamento das Unidades Básicas de Saúde (UBS) e a Secretária Subjunta da Secretária Municipal de Saúde, Dulcinéia, disse que o município já é Gestão plena em Atenção Primária Básica, cujos recursos são repassados ao Fundo Municipal de Saúde.

Foi levantada a questão sobre a alteração de repasse de recursos na Gestão municipal e Fabiana relatou que há possibilidade de reorganização dos recursos, o que pode gerar a perda de recursos pelo gestor Estadual.

O presidente da CMU, vereador José Roberto, questionou se há risco de redução ou perda de recursos na Gestão municipal e Fabiana afirmou que não há riscos de o município perder recursos.

O vereador José Carlos levantou dúvidas sobre o momento adequado de Ubá assumir a Gestão plena, se há garantia de repasse dos recursos e se a população será beneficiada com a Gestão plena.

O senhor Gean Vieira perguntou qual critério definirá o momento de Ubá assumir a Gestão municipal e o Secretário, Ricardo, disse que são diversos os pontos favoráveis para implantar a Gestão plena, mas há gargalos na secretaria a serem resolvidos antes de se iniciar o processo da Gestão. Como exemplo, a secretaria se encontra na fase de reorganização de novos fluxos e readequação de pessoal; é necessário trabalhar frota e



# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

UBS, pois não possui uma rede de atenção primária formada. Salientou também sobre riscos de redução de repasses de recursos ao município quando assumir a Gestão plena.

Comentou Franklin que hoje existe um “desfinanciamento”, ou seja, redução de repasse de recursos à saúde.


A vereadora Aline quis saber como é o pagamento por tabela diferenciada do SUS aos prestadores de serviços dos municípios que adotaram a Gestão plena.

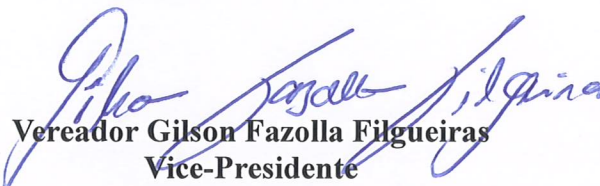
O Superintendente, Renan, esclareceu que é necessário avaliar a tabela e a oferta de serviços. Os valores da tabela diferenciada do SUS seguem padrões de portaria e são aprovados pelo Conselho Municipal de Saúde. A tabela diferenciada do SUS se aplica a todos os prestadores de serviços que irão oferecer o serviço SUS no município e que, ao mesmo tempo, o valor da tabela diferenciada não pode ser empecilho aos municípios da microrregião que pactuam “nesse” município.

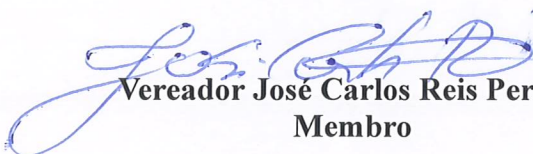
A vereadora ainda perguntou sobre se há alteração de metas e indicadores aos municípios da gestão plena e o Secretário Ricardo disse que o município dá continuidade aos parâmetros de metas colocados pelo Estado, mas é possível ao município criar novas metas e criar novas formas de atendimento.

No final da reunião foi abordado sobre o repasse do piso salarial dos profissionais da enfermagem.

Nada mais havendo a tratar, a Audiência Pública foi encerrada às 20h40min.

  
**Vereadora Aline Moreira Silva Melo**  
**Presidente da CSPADS**

  
**Vereador Gilson Fazolla Filgueiras**  
**Vice-Presidente**

  
**Vereador José Carlos Reis Pereira**  
**Membro**